



Conselho de Saúde do Distrito Federal

ATA DA QUADRINGÉSIMA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

1 Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, no Plenário do Conselho de Saúde do
2 Distrito Federal – CSDF, SIG, Quadra 01 – Centro Empresarial Brasília, salas 316 a 322, realizou-se
3 a Quadringéssima Décima Quarta Reunião Ordinária do Conselho de Saúde do Distrito Federal –
4 CSDF. A Reunião contou com a presença da *Presidente do CSDF, Lourdes Cabral Piantino, da*
5 *Secretária Executiva do CSDF, Gisely Gleice Pasquini Danielli, dos conselheiros segmento gestor:*
6 *Humberto Lucena Pereira da Fonseca, Daniel Seabra Resende Castro Correa, Marcus Vinícius Quito,*
7 *Danielle Soares Cavalcante, Bárbara de Albuquerque Berçot, Maria Dilma Alves Teodoro, Felipe*
8 *Mazoni Lopes, Elza Ferreira Noronha; dos conselheiros segmento trabalhador: Jeovânia Rodrigues*
9 *Silva, João Cardoso da Silva, Jefferson de Sousa Bulhosa Júnior, Marina Saraiva Garcia, Humberto*
10 *de Oliveira Lopes, Tiago Sousa Neiva; dos conselheiros segmento usuário: Darly Dalva Silva*
11 *Máximo, Danylo Santos Silva Vilaça, Silvestre Araújo, Raimundo Nonato de Lima, Luiz Carlos Macedo*
12 *Fonseca, Domingos de Brito Filho, Willian Fernando da Silva, Luís Maurício Alves dos Santos, Magda*
13 *Maria Cardoso da Silva. Justificaram ausência os Conselheiros(as) Jorge Bruno Rosário de Sousa,*
14 *Bruno Metre Fernandes, Helvécio Ferreira da Silva, Ildeci da Silva Pinto, Vera Lúcia B. da Silva, Marly*
15 *de Fátima B. de Araújo, Regina Lúcia Pinto Cohen. Conselheira Lourdes Cabral Piantino, Presidente*
16 *do CSDF, iniciou a reunião às 09h07 com a exposição dos Informes. Informes – Conselheiros,*
17 *convidados e Secretária Executiva Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. Conselheiro Marcus Quito*
18 *informou que está no período de sazonalidade da influenza e encaminhou o informe e avisou que dia*
19 *23 próximo se iniciará a campanha de vacinação no DF com término previsto para o dia 01 de junho,*
20 *com previsão de 778.000 vacinas aplicadas. Disse que a orientação é para que as equipes se planejem*
21 *para priorizar os grupos de risco na sua programação. Conselheiro Silvestre informou que, em*
22 *referência à ausência dos titulares conselheiros nas reuniões do CSDF, estas devem ser monitoradas*
23 *pelo CSDF. Disse que as pessoas colocam o nome nas comissões, mas não participam. Conselheira*
24 *Lourdes Cabral Piantino, Presidente do CSDF, informou que o levantamento das faltas dos*
25 *conselheiros será finalizado até o final da semana. Conselheiro João Cardoso informou que a sua*
26 *substituta será candidata nas eleições e deverá, por lei, se desincompatibilizar, o que será feito*
27 *posteriormente, e ele próprio reassumirá o posto de conselheiro. Concordeu com o Conselheiro*
28 *Silvestre na sua fala, que os conselheiros que não participam das reuniões e comissões devem ser*
29 *substituídos. Informou que solicitará que seja tornada sem efeito a mudança da conselheira e ele*
30 *reassumirá o posto de conselheiro. Conselheiro Danylo Vilaça informou que: 1) hoje está sendo*
31 *realizada uma paralização e ato público em frente ao Ministério da Educação pedindo para que não*
32 *haja corte de gastos na Universidade de Brasília, até porque recentemente a reitoria comentou que há*
33 *a possibilidade de fechamento das atividades da universidade; 2) há um certo descontentamento*
34 *relacionado ao Decreto Legislativo nº 2193 que susta os efeitos do grupo condutor da Rede de Atenção*
35 *Psicossocial. Disse que, na sua opinião enquanto representante do segmento dos usuários, a Câmara*
36 *Legislativa ao sustar o grupo condutor está sendo contraditória ao dizer que está limitando o espaço*
37 *de discussão e não vê como positivo a sustação de um grupo condutor que tem buscado ouvir as*
38 *pessoas para uma reestruturação da rede de saúde mental que passou por tantos anos sem ter a*
39 *prioridade que tem tido no momento; 3) solicitou a quem tem a rede social facebook que curtam a*
40 *página do CSDF pois a intenção da Mesa Diretora é dar as ações deste Conselho. Conselheiro*
41 *Raimundo Nonato informou que a Conselheira Regina Cohen está internada na UTI do Hospital Santa*
42 *Luzia em estado muito grave e está muito preocupado e triste com a situação. Disse que nos dias 04*
43 *e 05 de abril participou da 21ª Plenária dos Conselhos de Saúde, sublinhando pontos importantes*
44 *como a décima sexta conferência, que está sendo colocada como oitava mais oito, que é para trazer*
45 *de volta a oitava conferência que foi um marco nacional para a saúde. Conselheiro Domingos de Brito*
46 *solicitou que os conselheiros se contenham em relação ao volume de voz nas reuniões do CSDF pois*
47 *já houve reclamações do condomínio por meio de notificação verbal ao CSDF. Manifestou*
48 *preocupação com referência à USTRAC, que não sabe a que veio, a forma de penetração desse órgão*

49 no CSDF e o que pretende. Solicitou atenção para a implantação de um novo “SUS” privado, por parte
50 de poderosos da economia, e que é necessário estar bastante atento. Conselheira **Lourdes Cabral**
51 **Piantino**, Presidente do CSDF, explicou a participação da USTRAC é na intenção de trabalhar junto
52 com o CSDF no que se refere à formação e capacitação de conselheiros unicamente, não existindo
53 qualquer proposta de controle por parte dela no CSDF. Conselheiro **Humberto Lucena**, Secretário de
54 Saúde, informou que: 1) chegou a comunicar, na última reunião, que estava tentando uma grande
55 nomeação de servidores para a SES, que conseguiu essa nomeação na semana passada, sendo 1485
56 servidores, o objetivo desses servidores é abrir 160 leitos de internação que hoje estão fechados na
57 SES. Disse que entre esses estão os pediatras e anestesistas que vão servir para melhorar o
58 funcionamento das emergências. Explicou que se tem um problema muito sério em relação à pediatria
59 pois se está há quase um ano sem concurso válido, mas agora se tem a possibilidade de 106 pediatras
60 nomeados assumirem as emergências e os anestesistas vão permitir mais cirurgias eletivas. Disse
61 que essa nomeação específica foi destinada a quatro categorias que são aquelas que hoje fecham
62 leitos; 2) foi aprovado na Câmara, na semana passada, e sancionado pelo Governador na sexta-feira
63 com a presença do sindicato e dos agentes comunitários de saúde, cumprido assim o artigo 13 da
64 resolução 465 que previa que se tinha que apresentar um projeto para conceder aos agentes
65 comunitários de saúde as mesmas gratificações que os demais membros das equipes de saúde da
66 família. Disse que isso foi feito negociando com o sindicato dos agentes comunitários de saúde e se
67 tem um segundo projeto que já foi enviado à Câmara e espera que seja votado até semana que vem
68 que vai permitir nomear entre mil e dois mil agentes comunitários de saúde para completar as equipes
69 de saúde da família só que agora com um novo sistema jurídico sem alterar o regime jurídico dos
70 atuais agentes de saúde comunitária, então vai-se contratar com um processo seletivo regionalizado
71 e com base na CLT como está previsto no artigo 198 da Constituição e no artigo 205, parágrafo IV da
72 nossa Lei Orgânica, e se tem inclusive uma dificuldade jurídica de se fazer pois existe uma questão
73 jurídica porque a Lei Federal 11.350 fala que os agentes comunitários têm que ser celetistas e a
74 Constituição fala que lei federal definirá o regime jurídico e se tem uma lei de 2013 que define outro
75 regime jurídico. Disse que havia então uma possibilidade de ação de inconstitucionalidade porém isso
76 somente atrasaria a possibilidade de se ter equipes de saúde da família completas e é o desejo tê-las
77 completas pois se sabe a importância do agente comunitário de saúde no sistema; 3) em referência
78 ao Instituto Hospital De Base disse que se tem uma decisão do Tribunal de Justiça, unânime, que
79 reconhece a constitucionalidade do sistema porém se enfrenta uma oposição ideológica muito forte
80 em relação ao modelo, modelo este novo e que já demonstrou que consegue dar bons resultados,
81 dando o exemplo do problema do ar condicionado do centro cirúrgico que estava quebrado e agora já
82 está funcionando em oito salas, demonstrando eficiência da gestão. Citou a decisão da Justiça do
83 Trabalho que suspendeu os processos seletivos opinando que isso não faz o menor sentido pois as
84 pessoas sequer foram contratadas e garantiu que estas serão contratadas com todas os direitos
85 trabalhistas e garantias. Disse que está manejando os devidos recursos para resolução da questão,
86 até mesmo porque isso gera um custo, um enorme risco para nós pois o IHBDF, por lei, não pode
87 receber servidores da SES, artigo 3º da Lei 5.899; 4) disse, em referência à saúde mental, que tem
88 que se ter muito cuidado com a separação de poderes no país, o Decreto Legislativo que foi aprovado
89 susta a Ordem de Serviço nº 25 da SAIS que faz uma única coisa, a criação de um Grupo de Trabalho,
90 e questionou como é que um órgão do legislativo, que tem o diálogo como um dos seus principais
91 princípios, proíbe a formação de um grupo de trabalho para discutir um assunto extremamente
92 importante para o DF, e outra coisa, de forma desatualizada, pois foi publicada a OS 25 e depois disso
93 houve várias discussões para que aquele grupo de trabalho fosse reforçado com entidades
94 relacionadas aos trabalhadores e controle social e já foi republicada a Ordem de Serviço nº 41, então
95 na verdade foi sustada uma Ordem de Serviço revogada, porque já havia sido corrigido qualquer coisa
96 nesse sentido. Disse que já está agindo juridicamente para evitar essa ingerência; 5) disse, em relação
97 à USTRAC, que se tem duas estruturas dentro da SES que interagem com o CSDF, uma é a ARINS,
98 aqui representada pela Conselheira Danielle, e agora, dentro da unidade setorial de controle, se tem
99 um órgão que tem por objetivo fazer alguma interação com o controle social, não é o controle do
100 controle, ao contrário, de acordo com lei do controle é responsabilidade da SES promover a
101 capacitação dos conselheiros, além do que o CSDF foi convidado a participar do conteúdo desse
102 programa; 6) disse que existe uma decisão do TCDF, de mais ou menos um mês atrás, que proíbe
103 que na SES haja escalas de 18 horas e, além disso, ela proíbe que haja horas extras acima de duas
104 horas por dia. Disse que a SES e o sindicato foram juntos ao Tribunal para informar que essa decisão
105 acabaria com a SES porque, primeiro, como se teve durante muito tempo proibição de contratação a
106 SES depende das horas extras para fechar as escalas. Disse que já foi feito um cálculo sem as horas
107 extras da forma que são feitas hoje e, neste momento, se teria que fechar as seis UPAS, quatro

108 hospitais e dez ambulâncias, e isso seria terrível para o DF, além de se perder um grande número de
109 servidores que moram fora do DF que só estão aqui porque conseguem fazer as 18 horas. Disse que
110 várias outras Secretarias têm escalas de 18 horas como Bombeiros, Polícia Militar, servidores da
111 segurança, Polícia Civil, e escalas de 24 horas são absolutamente comuns na saúde e não há nenhum
112 sentido a tomada dessa decisão pelo TCDF. Disse que a administração pública tem a obrigação de
113 cumprir as normas e as decisões do Tribunal de Contas. Disse que teve a informação de que o
114 sindicato dos enfermeiros entrou com uma ação contra essa decisão e frisou que, em quinze dias, a
115 decisão terá que ser implementada e está muito preocupado com o que vai acontecer com o DF. Disse
116 que o próximo passo seria um projeto de lei que teria que tramitar muito rapidamente e sem o apoio
117 do CSDF se teria muita dificuldade em tramitar isso com a devida velocidade; 7) cumprimentou a Mesa
118 Diretora do CSDF pela iniciativa de se ter mais transparência, da divulgação em tempo real das
119 resoluções e atas dentro do *site*, considerando isso absolutamente salutar, que demonstra uma
120 preocupação muito grande com a transparência, o que também é preocupação da Secretaria, e
121 parabenizou a Mesa Diretora do CSDF; 8) solidarizou com o Conselheiro Raimundo Nonato e com a
122 família da Conselheira Regina Cohen, reconhecendo a combatividade junto ao controle social.
123 Conselheiro **Tiago Neiva** complementou as informações do Secretário de Saúde em referência à
124 decisão do TCDF, que todos os serviços de urgência e emergência do DF serão atingidos e é
125 necessária uma tomada de decisão rápida pelo CSDF. Observou que todos os sindicatos estão juntos
126 com a SES para resolução da questão, dada a sua gravidade. Conselheiro **Silvestre** disse, em
127 referência ao edital do IHBDF, que se alega que não tem previsão para PCD's. Conselheira **Lourdes**
128 **Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, esclareceu, em referência ao edital do IHBDF, que quando
129 soube que o juiz havia questionado a legalidade do edital por causa das pessoas com deficiência,
130 opinou que este não fere os direitos da pessoa com deficiência em momento algum, que na verdade
131 ele reforça a necessidade de respeito à pessoa e não a deficiência dela, que ele dá às pessoas com
132 deficiência os mesmos direitos e deveres das pessoas consideradas sem deficiência. Secretária
133 Executiva do CSDF, **Gisely Pasquini**, informou: 1) ausência da conselheira Vera Lúcia Bezerra, que
134 não pôde comparecer por questões de agenda, Conselheira Marly por estar em um evento de
135 hanseníase em Curitiba, e por motivo de saúde os Conselheiros Helvécio, Bruno Metre e a Conselheira
136 Regina Cohen; 2) SUPLANS encaminhou ao CSDF, de acordo com as recomendações da Resolução
137 nº 496, as informações relativas ao planejamento e o aperfeiçoamento da qualidade e as justificativas
138 levantadas no Relatório Anual Gestão 2016; 3) sobre a Resolução nº 466, de outubro de 2016, que
139 fala sobre o Plano Operativo Distrital da Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes em cumprimento
140 das medidas socioeducativas do DF, que houveram também algumas recomendações e de acordo
141 com o parecer à época apresentado pelo Conselheiro Bruno Metre esse é um processo no qual a
142 COAPS acatou as recomendações do Conselho por meio da resolução. Conselheiro **Luís Maurício**
143 comentou acerca da publicação do protocolo da bexiga neurogênica, que foi aprovado ainda não foi
144 publicado. Comentou sobre a Frente Parlamentar dos Conselhos Regionais de Saúde, esclarecendo
145 que o seu propósito é o empoderamento e a melhora dos Conselhos Regionais de Saúde. Disse que
146 foi vetado para a Coordenação dessa frente por questões que considera leviandade feitos por uma
147 servidora chamada Maura. Disse que em primeiro lugar ela o desqualificou por ser amigo do Helvécio,
148 o segundo motivo por ele ser Conselheiro de Saúde do DF e o terceiro motivo por ele ter sido nomeado
149 por este Conselho de Saúde do DF para ser Coordenador. Considerou todas as três justificativas uma
150 irresponsabilidade. Disse que fez a escolha de se afastar da Coordenação e solicitar a troca da sua
151 Coordenação para não causar nenhum embaraço ao parlamentar. Comentou sobre a demora na
152 publicação das substituições dos conselheiros do CSDF. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**,
153 Presidente do CSDF, esclareceu uma questão sobre a Frente Parlamentar informando que houve uma
154 reunião com os Conselhos Regionais na terça feira passada e foi discutida essa questão, foi formada
155 uma comissão que vai ser formalizada hoje nesse Conselho e essa comissão vai discutir e dar os
156 encaminhamentos para a questão da Frente Parlamentar inclusive já foi solicitada reunião tanto com
157 o Deputado Ricardo Valle como o Deputado Joe Valle, porém até o momento não se conseguiu
158 agenda. Disse que solicitou à Maura, que esteve nessa reunião com os Conselhos Regionais, que
159 trouxesse a documentação que comprova que foi este Conselho que indicou o Luís Maurício como
160 Coordenador e inclusive toda a documentação que cria a Frente Parlamentar. Conselheiro **Jefferson**
161 disse que o CSDF não pode intervir ou interagir nessa Frente pois a discussão não passou pelo pleno
162 do CSDF. Conselheira **Bárbara Berçot** informou que o Hemocentro passou por mais um ciclo de
163 auditoria ISO e foi recertificado, e agora na nova norma ISO 9001/2015, e nas palavras do auditor o
164 comprometimento da gestão foi elogiada juntamente com o corpo de servidores do Hemocentro. Disse,
165 a respeito da campanha de vacinação, que pode ter um impacto nos estoques pois a pessoa vacinada
166 tem um período de inaptidão temporária e outra questão que se está bem alerta é sobre as

167 contratações da SES, que vê com muito bons olhos a contratação dos anesthesiologistas e sabe que
168 pode ampliar a demanda por sangue, destacando que tem trabalhado incessantemente na captação e
169 tem mantido um bom índice de ação na população. Conselheiro **Luiz Carlos** informou que participou
170 na semana passada da Plenária dos Conselhos de Saúde, e ressaltou que é de suma importância o
171 seu papel de ligação do CSDF com as regionais. Propôs a questão do financiamento e orçamento do
172 controle social como pauta para próxima reunião. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente
173 do CSDF, informou que: 1) foi recebido no CSDF, para ciência, encaminhados pela SES, a lista dos
174 contratos e convênios firmados no período 2016/2017, citando-os e informando que foram
175 encaminhados aos conselheiros por *e-mail*; 2) foi recebido no CSDF a Portaria Conjunta nº 05, de 04
176 de abril de 2018, onde estabelece parcerias entre a Secretaria de Estado de Esporte e Turismo e Lazer
177 e a Secretaria de Saúde objetivando regulamentar a cessão de uso do espaço físico dos Centros
178 Olímpicos e Paralímpicos para o desenvolvimento das atividades básicas de saúde da SES.
179 Conselheiro **Jefferson** solicitou informações acerca da USTRAC, qual o conteúdo e se ele virá à mesa
180 ou não para discussão. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, respondeu que
181 o CSDF discutirá, explicará e trabalhará temas referentes ao funcionamento dos conselhos, porém
182 nada impede que o tema seja trazido ao pleno. Conselheira **Danielle** complementou os
183 esclarecimentos, lembrando que foi colocado na última reunião dos Conselhos Regionais que estes
184 fizessem um levantamento das capacitações que já estão em curso e que o CSDF não tinha
185 conhecimento. Disse que o que ficou acordado inclusive com a escola, através da representação da
186 FEPECS é que se fará uma reunião com todos os Conselhos Regionais com representação das
187 respectivas mesas diretoras para que se possa fazer as solicitações de conteúdo. Disse que o que
188 está definido é que se fará uma discussão sobre a legislação e uma outra sobre o financiamento do
189 Sistema Único de Saúde do DF. Conselheira **Dilma** disse que a proposta é que se faça uma construção
190 conjunta com o CSDF, e a EAP-SUS colocará em um modo pedagógico atendendo a essas
191 necessidades. Conselheira Regional de Brazlândia, **Eliane**, agradeceu a oportunidade dada aos
192 Conselhos Regionais referente à participação e disse que na ponta, nas regionais, não se tem as
193 informações completas e não se sabe o que está acontecendo. Disse que não é contra a formação
194 dessa Frente Parlamentar e opinou esta é necessária, porém dentro da legalidade. **Item 01 –**
195 **Apresentação e aprovação da Pauta 414ª Reunião Ordinária do CSDF –** Coordenação: Mesa
196 Diretora CSDF. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, fez a leitura da pauta da
197 414ª RO do CSDF. Solicitou inclusão de pauta com o tema referente à decisão do TCDF acerca das
198 18 horas da SES. Conselheiro **Danylo Vilaça** solicitou inclusão de pauta para uma moção de repúdio
199 referente à convocação da FEBRAPLAN, que trata da proposta de um novo sistema de saúde.
200 Conselheiro **Humberto Lucena**, Secretário de Saúde, propôs inversão de pauta, com a inclusão da
201 decisão do TCDF como item 3. Conselheiro **Danylo Vilaça** propôs a manutenção do item 3 como
202 apresentação das Comissões. Aprovada a pauta com as inclusões solicitadas e a manutenção do item
203 3 como Comissões e item 4 como Decisão do TCDF - 18 horas. **Item 02 – Apresentação e aprovação**
204 **das Atas – 411ª RO e 412ª RO -** Coordenação: Mesa Diretora CSDF. Secretária Executiva do CSDF,
205 **Gisely Pasquini**, apresentou a ata da 411ª RO. Aprovada por unanimidade. Expôs em seguida a ata
206 da 412ª RO, informando que no grupo dos conselheiros houve um pedido que o Conselheiro Bruno
207 Metre iria fazer algumas ponderações, entretanto disse que acabou de checar o *e-mail* e estas não
208 foram recebidas, reportando ao pleno a conduta a ser adotada. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**,
209 Presidente do CSDF, ponderou que talvez o conselheiro não tenha percebido nenhuma questão para
210 alteração. Conselheira **Jeovânia** disse que ele havia se manifestado que iria fazer algumas
211 observações. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, colocou em votação a
212 aprovação da Ata da 412ª RO. Aprovada por maioria de votos, com seis abstenções. Aprovada por
213 maioria de votos, com seis abstenções. **Item 03 – Comissões do CSDF –** Expositor: Conselheiro
214 Danylo Vilaça. Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. Conselheiro **Danylo Vilaça** apresentou as
215 Comissões e Grupos de Trabalho do CSDF e suas respectivas composições. Observou que é
216 necessária a paridade e ficou acordado que serão encaminhados à ele, no prazo de uma semana, as
217 indicações dos conselheiros que participarão das comissões e grupos de trabalho. Conselheira
218 **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, encaminhou para votação a extinção das comissões
219 e grupos de trabalho a seguir: 1) Comitê Central de Promoção à Saúde. Aprovada a extinção por
220 maioria de votos; 2) PARTICIPASUS. Aprovada sua extinção por maioria de votos, com duas
221 abstenções; 3) Comissão de Saúde Permanente do DF. Aprovada sua extinção por maioria de votos;
222 4) Grupo de Trabalho PAS. Aprovada a sua extinção. Propôs a inclusão do termo “Permanente” na
223 Comissão de Acompanhamento da Política de Saúde das Pessoas com Deficiência, passando a ser
224 identificada como Comissão Permanente de Acompanhamento da Política de Saúde das Pessoas com
225 Deficiência. Aprovada a inclusão por maioria de votos. Propôs ainda a criação da Comissão

226 Permanente da Gestão da Atenção Secundária de Saúde do DF. Aprovada por unanimidade. **Item 04**
227 **– Inclusão solicitada – Decisão TCDF 18 horas dos servidores da SES** - Coordenação: Mesa
228 Diretora CSDF. Conselheiro **Humberto Lucena**, Secretário de Saúde, esclareceu que se for aprovada
229 aqui uma resolução, que é uma deliberação desse colegiado homologada pelo Secretário de Saúde,
230 não vai adiantar nada, pelo contrário, pode até sujeitar os conselheiros a algum tipo de
231 responsabilidade e ele certamente não poderá homologar porque tem uma decisão do TCDF contrária.
232 Opinou que a ação, se for, deverá ser a criação de algum tipo de grupo, uma visita eventualmente ao
233 juiz que está julgando a causa. Repetiu que ainda não tem a confirmação se o SindEnfermeiro
234 realmente entrou com essa ação, porém achou que se algo tiver que sair deverá ser uma moção ou
235 recomendação ou uma ação específica para ir falar com o juiz. Sublinhou que não se pode ir contra o
236 Tribunal de Contas ou o judiciário. Disse que é importante que todos estejam unidos nesse momento.
237 Disse que essa é uma ação do Ministério Público de Contas e de uma promotora do Ministério Público
238 do Distrito Federal e Territórios que diz que primeiro lugar o serviço é prejudicado porque a pessoa
239 que está trabalhando dezoito horas não tem a mesma qualidade no final do processo e em segundo
240 lugar que os servidores estariam prejudicados. Disse que os servidores evidentemente não estão
241 prejudicados pois estão todos juntos nesse sentido, que os servidores da saúde cresceram fazendo
242 isso, são treinados desde a faculdade para fazer isso, e funciona no Brasil inteiro e não faz sentido o
243 argumento. Disse, em relação ao serviço como um todo existe um princípio constitucional, as pessoas
244 não podem fazer ou deixar de fazer nada senão em virtude de lei, então isso é uma ingerência
245 completamente inadequada pois não estão vendo a realidade do sistema hoje, não se consegue fazer
246 sem isso. Frisou que a SES está absolutamente dentro da lei, mas há uma decisão que constrói em
247 cima da lei algo que não está previsto na legislação. Conselheira **Danielle** solicitou aos conselheiros
248 trabalhadores que representam suas categorias aqui no Conselho que sugiram as suas
249 representações, que façam ações judiciais contra essa decisão do TCDF. Conselheiro **Tiago Neiva**
250 informou que o Sindicato dos Médicos entrou com ação judicial contra a decisão do TCDF e opinou
251 que é necessário um ato político também. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do
252 CSDF, propôs a formação de uma Comissão do CSDF. Conselheiro **Jefferson** opinou que as
253 entidades se unam e entrem com uma ação judicial única. Disse que é necessário ter os dados do
254 impacto dessa decisão do TCDF na saúde. Conselheiro **Luiz Carlos** opinou que deve-se ter uma
255 atitude para contornar a situação presente. Conselheiro **Raimundo Nonato** questionou se essas ações
256 prejudicam o usuário e população em geral acerca do prejuízo que poderá ser causado. Conselheira
257 **Bárbara Berçot** corroborou a participação do CSDF nas ações. Conselheira **Dilma** acrescentou que
258 além de tudo há a formação profissional que será seriamente prejudicada. Conselheiro **Tiago Neiva**
259 propôs a confecção de uma nota de repúdio ou alerta e posterior encaminhamento a todos os órgãos
260 de imprensa de Brasília alertando para a iminente crise institucional e assistencial da saúde pública do
261 DF. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, propôs a formação de uma comissão
262 para elaborar um texto para deliberação do pleno acerca da decisão do TCDF. Conselheiro **Danylo**
263 **Vilaça** sugeriu que seja acrescentada uma nota referente à FEBRAPLAN. Aprovados os
264 encaminhamentos. **Item 05 – Rede Descentralizada de Vacinação Antirrábica do Distrito Federal**
265 **– Expositor: Marcus Quito – SVS. Coordenação: Mesa Diretora do CSDF.** Conselheiro **Marcus**
266 **Quito** apresentou o tema e convidou o Dr. Rafael para efetuar a exposição. Apresentou o panorama
267 atual, dados referentes ao alcance dos programas, a necessidade do credenciamento e o
268 funcionamento da rede. Conselheira **Jeovânia** disse que o assunto já havia sido tratado em
269 conferências de saúde do DF e parabenizou pela apresentação. Fez três perguntas, a primeira em
270 relação a essa população de animais que não tem dono, se tem alguma proposta nesse sentido, a
271 segunda que foi citado que seria os parâmetros da Lei 8666 no sentido dos credenciamentos das
272 clínicas e aí a dúvida é no tipo de modalidade porque foi citado que o custo será praticamente zero em
273 virtude que a SES vai fornecer os insumos, as vacinas, mas inevitavelmente essas instituições privadas
274 terão custos para executar o procedimento. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do
275 CSDF, questionou em referência ao controle da utilização efetiva dessa vacinação pelas clínicas.
276 Conselheiro **Luiz Carlos** questionou como será o controle das vacinas e o registro e controle de cada
277 animal nessas parcerias. **Dr. Rafael** respondeu aos questionamentos. Disse que a fundamentação
278 legal seria um edital de credenciamento com base no artigo 25 da Lei 8666, que diante da
279 impossibilidade de competição dos agentes privados será feito um credenciamento não oneroso e
280 então o que a SES faria seria uma averiguação dos requisitos e dos critérios desse ente privado, e
281 uma vez que os requisitos sejam cumpridos seria atribuído o *status* de credenciado e habilitaria esse
282 elemento na rede. Respondeu, em referência ao controle, que será disponibilizado um sistema, ainda
283 em construção, que a clínica irá atestar a informação e emitir um certificado de vacina assinado pelo
284 médico ou técnico daquele posto. Conselheiro **William** manifestou preocupação com a situação e

285 parabenizou a iniciativa. Conselheiro **Jefferson** questionou porque foi deixado de fora Taguatinga nos
286 postos apresentados pelo planejamento. Conselheiro **Domingos** disse que há uma falha na
287 comunicação, justamente para a população mais pobre aonde se tem o maior número de animais e
288 questionou o porquê da mudança de estratégia no atual momento. Conselheiro **Marcus Quito** disse
289 que o conceito geral aqui é uma mudança de estratégia pelo não alcance das metas estabelecidas.
290 Disse que o efetivo militar de apoio nas campanhas de vacinação tem diminuído. Disse que o conceito
291 geral é de uma abordagem da saúde animal sob uma perspectiva da saúde pública, que está tentando
292 oferecer uma amplitude maior de acesso à população em geral. Disse que a vacina é fornecida pelo
293 Ministério, a seringa é adquirida pela SES, a dispensação da força de trabalho, que já existe, que não
294 será substituída, vai se continuar com os dez postos, e vai se usar a força de trabalho tanto voluntária
295 quanto própria para fazer a campanha de vacinação, que segue em paralelo. Respondeu, quanto à
296 remuneração das clínicas, que nenhum procedimento será remunerado, o que se vai fazer nessa
297 parceria fazer é fornecer a vacina, a seringa e em contrapartida as clínicas administram, registram os
298 dados e encaminham para a SES. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, disse
299 que esteve na Conferência de Vigilância em Saúde e foi aprovada uma moção de aprovação dessa
300 proposta. Conselheira **Danielle** acrescentou que foi uma moção que não teve nenhum voto contrário.
301 Conselheiro **Luís Maurício** questionou se o projeto será ampliado a outros procedimentos. **Dr. Rafael**
302 respondeu que será somente vacinação, que é de alçada do SUS, porém o IBRAM está realizando
303 outro processo para atender a essas outras demandas. Conselheiro **Marcus Quito** afirmou que o
304 CSDF precisa e deve receber todas as informações para analisar e se manifestar perante todas as
305 políticas de saúde. Disse que esta é uma política de saúde e serão trazidos ao CSDF todos os
306 relatórios constantes e fazendo isso sempre periodicamente. Disse que os Conselhos Regionais
307 também precisam ajudar a fazer esse monitoramento e controle. Conselheira **Lourdes Cabral**
308 **Piantino**, Presidente do CSDF, colocou em votação a Rede Descentralizada de Vacinação Antirrábica
309 do Distrito Federal. Aprovada por maioria de votos, com uma abstenção do Conselheiro Tiago Neiva.
310 Colocou, em seguida, as notas referentes à decisão do TCDF e FEBRAPLAN para leitura e deliberação
311 do pleno, conforme acordado no início da reunião. Conselheiro **Tiago Neiva** efetuou a leitura da nota
312 referente à decisão do TCDF. Aprovada por maioria de votos, com uma abstenção do Conselheiro
313 Domingos de Brito. Conselheiro **Danylo Vilaça** explicou a moção de repúdio referente à FEBRAPLAN
314 e ressaltou a necessidade de publicitação da mesma. Explicou que a contrariedade é referente à
315 intenção de se discutir um novo sistema de saúde. Conselheiro **Marcus Quito** sugeriu acrescentar o
316 MS como destinatário da moção. Conselheiro **Luiz Carlos** não vê como o controle social pode interferir
317 em uma instituição privada. Conselheiro **Raimundo Nonato** chamou a atenção para o fato de que a
318 FEBRAPLAN convidou parlamentares para a reunião. Conselheiro **Danylo Vilaça** efetuou a leitura da
319 moção de repúdio. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, colocou em votação
320 a moção apresentada. Aprovada por unanimidade. **Item 06 – Plano Integrado em Saúde para**
321 **Prevenção, Controle e Enfrentamento da Dengue e outras Arboviroses 2018-2019** – Expositor:
322 Marcus Quito – SVS. Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**,
323 Presidente do CSDF, solicitou autorização do Conselheiro Marcus Quito para que o tema fosse
324 passado para a próxima reunião do CSDF. Aprovado. Conselheiro **Luís Maurício** chamou a atenção
325 de que certos conselheiros clamam pela participação dos pares nas reuniões, porém vão embora mais
326 cedo das mesmas. A 414ª RO foi encerrada às 13h09. Foi lavrada a presente ata por mim, Ítalo de
327 Araújo Verlangieri, secretário *ad-hoc*, para posterior apreciação e assinatura dos Conselheiros.
328 Brasília, 10 de abril de 2018.

LOURDES CABRAL PIANTINO

Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal

GISELY GLEICE PASQUINI DANIELLI

Secretária Executiva do Conselho de Saúde do Distrito Federal

HUMBERTO LUCENA PEREIRA DA FONSECA
Conselheiro titular – Secretário de Estado de Saúde do DF

MARCUS VINÍCIUS QUITO
Conselheiro titular – Coordenador da Coordenação de Atenção Primária à Saúde do DF
COAPS/SAIS/SES-DF

DANIELLE SOARES CAVALCANTE
Conselheira titular – Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica e Participativa e
Relações Institucionais - ARINS

BÁRBARA DE ALBUQUERQUE BERÇOT
Conselheira suplente – Fundação Hemocentro de Brasília – FHB/SES

MARIA DILMA ALVES TEODORO
Conselheira titular – Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciência da Saúde do DF/SES-
DF

FELIPE MAZONI LOPES
Conselheiro titular – Hospital das Forças Armadas - HFA

JEOVÂNIA RODRIGUES SILVA
Conselheira suplente - Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal - SODF

JOÃO CARDOSO DA SILVA
Conselheiro titular – Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Distrito
Federal – SINDATE/DF

MARINA SARAIVA GARCIA
Conselheiro suplente - Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal – 01 -
CRPDF

HUMBERTO DE OLIVEIRA LOPES
Conselheiro titular – Conselho Regional de Farmácia do DF – CRF/DF

TIAGO SOUSA NEIVA
Conselheiro titular - Sindicato dos Médicos do DF

DARLY DALVA SILVA MÁXIMO
Conselheira titular – Central de Movimentos Populares do Distrito Federal – CMP/DF

DANYLO SANTOS SILVA VILAÇA
Conselheiro titular – Centro Acadêmico de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília –
CASCO/UnB Ceilândia

SILVESTRE ARAÚJO

Conselheiro titular - Associação Cultural Recreativa Esportiva Farmacêutica do Distrito Federal – ACREF/DF

RAIMUNDO NONATO DE LIMA

Conselheiro titular – Movimento Integrado de Saúde Comunitária do Distrito Federal – MISMEC/DF

LUIZ CARLOS MACEDO FONSECA

Conselheiro titular – Associação de Aposentados, Pensionistas e Idosos da Previdência Social do Distrito Federal e Entrono – ASAPREV/DF

DOMINGOS DE BRITO FILHO

Conselheiro titular – Pastoral de Saúde do Distrito Federal

WILLIAN FERNANDO DA SILVA

Conselheiro suplente - Associação Brasileira de Deficientes Visuais - ABDV

LUÍS MAURÍCIO ALVES DOS SANTOS

Conselheiro titular - Grupo de Apoio às Mulheres Atingidas pela Hanseníase - GAMAH

MAGDA MARIA CARDOSO DA SILVA

Conselheira suplente - Associação Brasileira de Combate à AIDS – Grupo Arco-Íris